

# Videolar-Innova S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações de resultado</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>21</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>22</b>

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, que contemplam os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

## **2022: CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, ENDIVIDAMENTO ZERO**

A Innova trabalhou sob o ritmo de uma notável retomada de mercado no período marcado pelo arrefecimento da pandemia de COVID-19: operação à capacidade plena. O atendimento aos clientes, indústrias de todo o Brasil e do mundo, foi ininterrupto e em volumes sem precedentes.

Essa resposta segura ao mercado foi possibilitada pelos investimentos intensivos dos anos anteriores: R\$ 457 milhões, entre 2019 e 2021, para a ampliação da capacidade produtiva nas linhas de monômero de estireno (SM), poliestireno (PS), poliestireno expansível (EPS), filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) e na implantação da Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica na petroquímica de Triunfo (RS). Ela se tornou autoprodutora e autossuficiente em energia elétrica e vapor a partir de fonte renovável, a biomassa de resíduos florestais, em substituição ao petróleo e carvão.



**A Central de Geração de Vapor e Energia (CGVE) tem 30.000 kW de potência instalada, o que equivale ao consumo de uma cidade com 450 mil habitantes.**



**A nova matriz energética levou a Innova à neutralização massiva de suas emissões de gases do efeito estufa. Nosso compromisso é ambicioso, rumo ao NET zero a curto prazo.**

A captura de valor do ativo imobilizado tornou-se possível justamente pela visão de investimentos que, desde sempre, a Innova mantém em seu pensamento e ação: cenários interno e externo favoráveis, capacidade produtiva e aproveitamento plenos, com 24% de margem EBITDA em 2022 (25% em 2021).

## INVESTIMENTOS RECENTES

### MONÔMERO DE ESTIRENO (SM)

**R\$ 283 MM**



Duplicação a 413.000 toneladas/ano a capacidade produtiva de seu produto primário, o monômero de estireno (SM). Esse investimento habilitou a Companhia a atingir recordes de produção após o arrefecimento da pandemia da Covid-19, gerando estabilidade e segurança aos clientes. Foram registrados recordes de produção em todos os itens fabricados na petroquímica de Triunfo (RS), totalizando 872.000 toneladas.

### CENTRAL DE GERAÇÃO DE VAPOR E ENERGIA ELÉTRICA

**R\$ 223 MM**



Renovação da matriz energética da petroquímica de Triunfo (RS), tornando-a pioneira na operação com energia renovável: a biomassa de resíduos florestais, em substituição ao carvão e óleo mineral. Esse investimento tornou possível uma redução na emissão de gases do efeito estufa superior a 70%, rumo ao carbono zero.

### FILMES DE POLIPROPILENO BIORIENTADO (BOPP), MONTAGEM DA TERCEIRA LINHA DE PRODUÇÃO:

**R\$ 88 MM**



Instalação da terceira linha de fabricação dos filmes de polipropileno biorientado (BOPP), atingindo o recorde histórico de produção de 50.000 toneladas, o que se traduz em estabilidade de suprimento aos clientes.

### AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM:

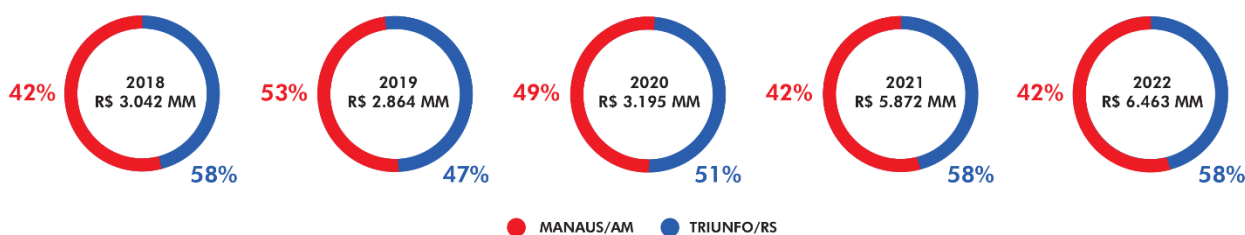
**R\$ 60 MM**



Início da ampliação da área de tancagem na petroquímica de Triunfo (RS), proporcionando flexibilidade e segurança ao mercado. Em conjunto, as capacidades de tancagem do etilbenzeno (EB) e monômero de estireno (SM) alcançarão 100.000 toneladas.

Em simultâneo, a Companhia efetivou seu plano de redução de despesas iniciado em 2019/2020, o que culminou no endividamento zero em 2022, com consequente diminuição da exposição ao risco cambial e patamar histórico de liquidez conquistado.

## FATURAMENTO BRUTO POR ORIGEM GEOGRÁFICA



## FATURAMENTO POR SEGMENTO



Consolidada a liderança nos negócios petroquímicos com os produtos estirênicos, a Innova segue em franco crescimento no segmento dos transformados plásticos.

# O QUE FAZEMOS

A Innova é uma empresa brasileira, petroquímica e fabricante de transformados plásticos.

Na área petroquímica, atuamos no segmento de produtos estirênicos, fabricando o etilbenzeno (EB), o monômero de estireno (SM) e os poliestirenos de uso geral (GPPS), alto impacto (HIPS) e expansível (EPS).

Na área da transformação plástica, fabricamos os filmes de polipropileno biorientado (BOPP), laminados em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP), bem como tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes. Nossos produtos estão no centro da economia e da cadeia produtiva.

Nossas fábricas estão situadas estrategicamente: em Manaus (Amazonas) e Triunfo (Rio Grande do Sul). Sempre próximas dos clientes, indústrias de norte a sul do país, e atingindo o mundo.

## MANAUS (AM)



### UNIDADE I

Filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP)

Laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP)

Tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes



### UNIDADE IV

Poliestireno de Uso Geral (GPPS)  
Poliestireno Alto Impacto (HIPS)  
ECO-PS®

## ALPHAVILLE, BARUERI (SP)



### ESCRITÓRIO CENTRAL

Comercial e Administração

## POLO PETROQUÍMICO, TRIUNFO (RS)



### UNIDADE II

Etilbenzeno (EB)  
Monômero de Estireno (SM)  
Poliestireno de Uso Geral (GPPS)  
Poliestireno Alto Impacto (HIPS)  
Poliestireno Expansível (EPS)  
PS-3D  
Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica (CGVE)  
Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE)

### DISTRIBUIÇÃO DE VENDAS:

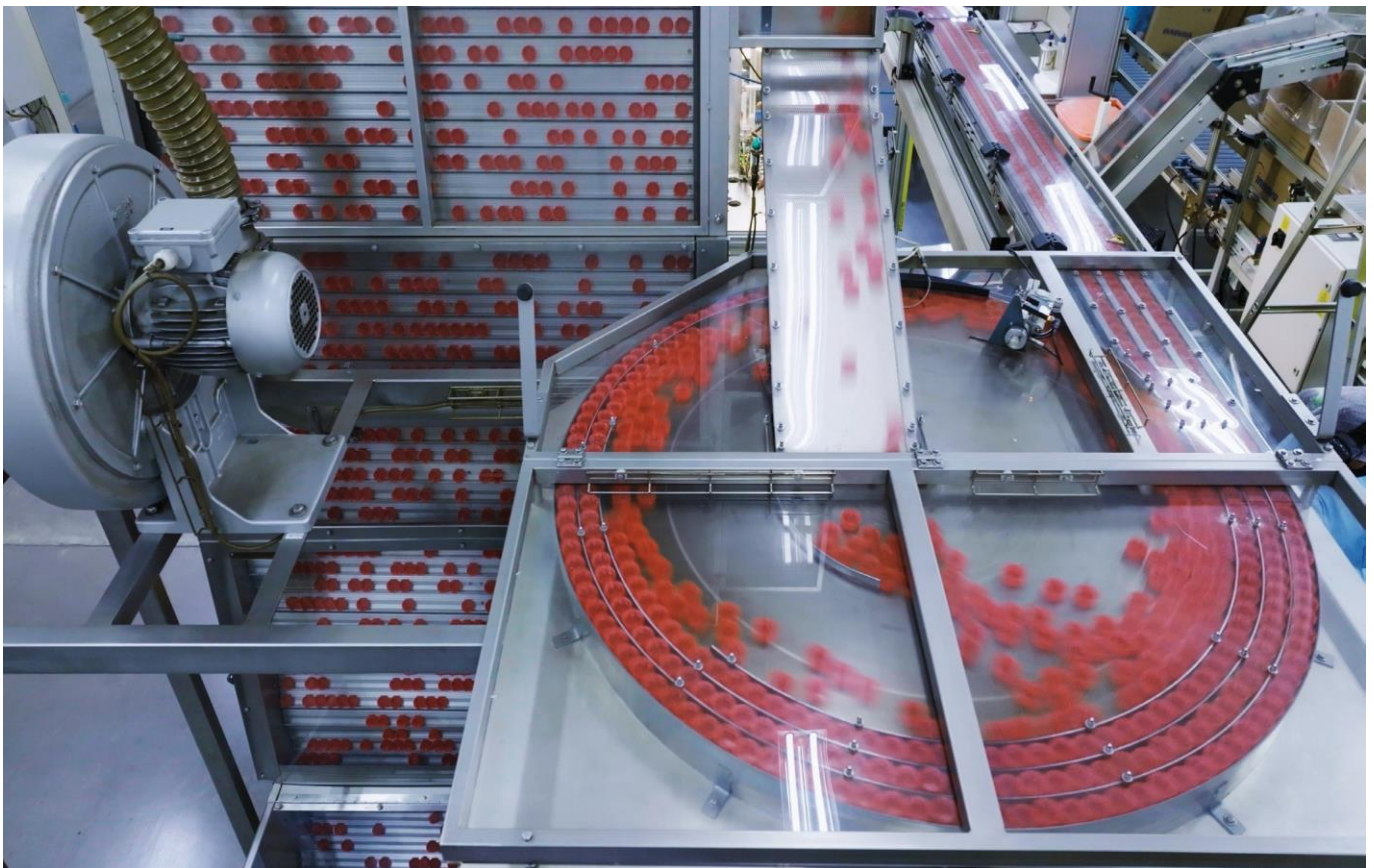
SUDESTE	51%
SUL	22%
NORDESTE	8%
NORTE	7%
CENTRO-OESTE	1%
EXPORTAÇÃO	11%

No DNA da Innova está a história da Videolar, indústria de fabricação e gravação de mídias físicas: fitas de vídeo VHS, áudio cassetes, disquetes, pen drives, CDs, DVDs e Blu-ray.

No decorrer da trajetória da Videolar foi vislumbrada, ao final dos anos 90, a chance de alçar a Companhia da posição já atingida de maior consumidora nacional de poliestireno à nova condição de fabricante da resina. O poliestireno era matéria-prima dos cartuchos das fitas VHS e estojos de CDs. Em 2002, a Companhia ergueu então a primeira petroquímica da Região Norte, passando a suprir sua própria demanda e a de indústrias como as de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, com seus gabinetes dos refrigeradores e TVs, bem como a dos materiais de escritório e escolares, todas instaladas no Polo Industrial de Manaus.

Dessa forma, no auge de sua história, a indústria de mídias reinventou-se em petroquímica.

## NOVAS REINVENÇÕES



Assim como as fitas VHS eram transformados plásticos, outros viriam na sequência: em 2011, uma fábrica de tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos, refrigerantes.



**Em 2012, uma planta no estado da arte foi construída em Manaus para a fabricação de filmes plásticos de polipropileno biorientado, (BOPP) e laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP), todos itens essenciais à indústria de embalagens alimentícias.**



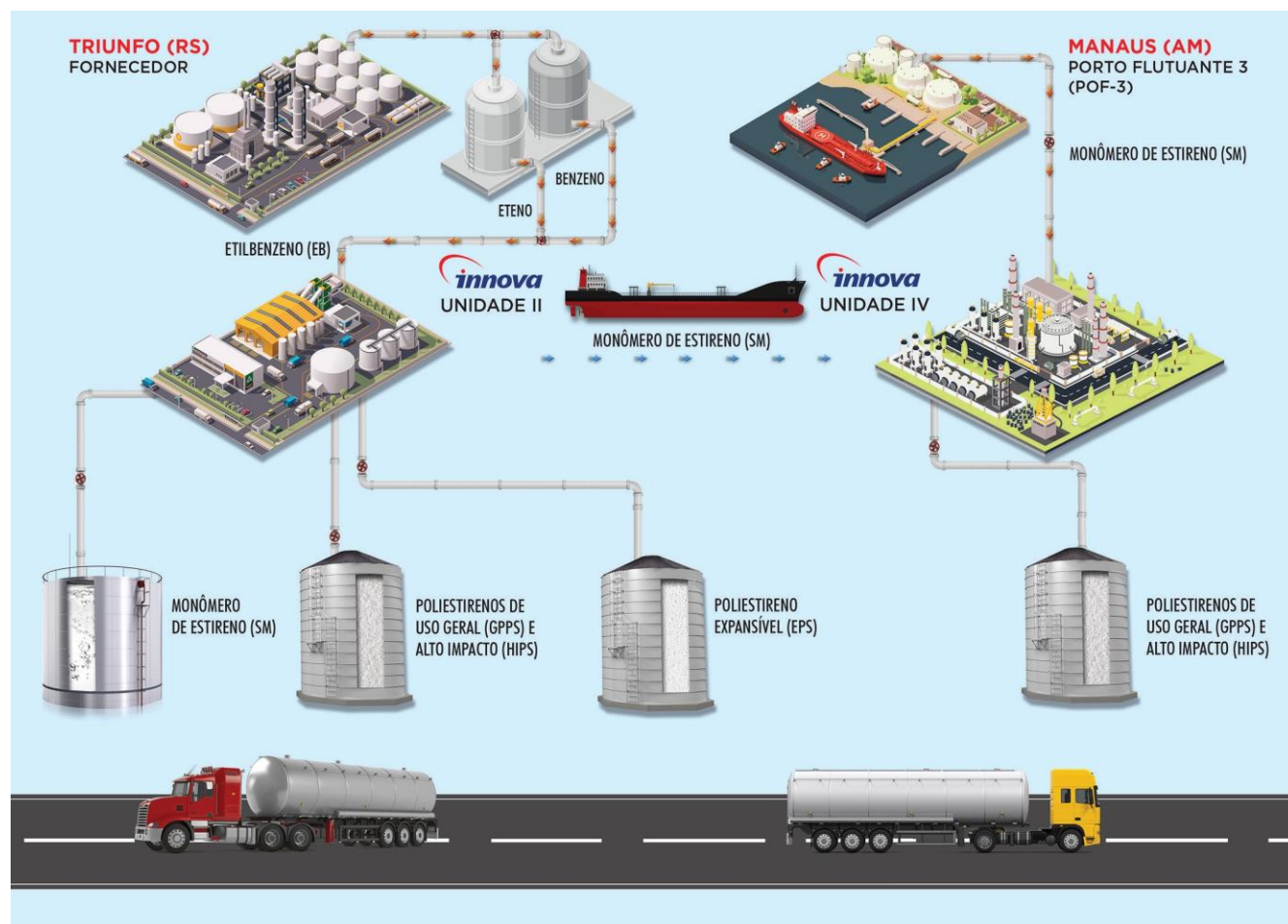
**Em 2014, a Videolar comprou da Petrobrás por US\$ 500 milhões a petroquímica Innova, situada no Polo Petroquímico de Triunfo (RS), fabricante integrada do etilbenzeno (EB), monômero de estireno (SM) e dos poliestirenos de uso geral (GPPS) e alto impacto (HIPS).**



Já no início da nova gestão, em 2016, foram realizados investimentos a expansão do parque de tancagem da planta e a implantação de linha de fabricação para um novo produto: o poliestireno expansível (EPS), presente em aplicações as mais diversas, da indústria farmacêutica à construção civil e obras de infraestrutura, como estradas e pontes.



Após a incorporação, a Companhia passou a designar seus produtos e negócios sob a marca Innova. Na área petroquímica da Innova, desenhou-se assim um posicionamento estratégico, Norte e Sul, com a possibilidade não só de proporcionar ao cliente um atendimento regionalizado mas também alternar a ênfase da produção, capturando as oportunidades de acordo com a dinâmica da estrutura de custos das matérias-primas.

## CADEIA PRODUTIVA E INTEGRADA DE ESTIRÊNICOS



# NOSSOS PRODUTOS E SUAS APLICAÇÕES

## ESTIRÊNICOS

<p><b>MONÔMERO DE ESTIRENO (SM)</b></p>	 ASFALTO	 PNEUS	 TINTAS	 BANCOS DE ÔNIBUS	 PISCINAS	 BANHEIRAS			
<p>RESINAS TERMOPLÁSTICAS</p>									
<p><b>POLIESTIRENO DE USO GERAL (GPPS)</b></p>	 CONSTRUÇÃO CIVIL	 INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA	 UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	 TALHERES DESCARTÁVEIS	 EMBALAGENS DESCARTÁVEIS	 PEÇAS TÉCNICAS	 MATERIAIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO	 BANDEJAS ESPUMADAS	
<p><b>POLIESTIRENO ALTO IMPACTO (HIPS)</b></p>	 ELETRÔNICOS	 BRINQUEDOS	 MATERIAIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO	 INDÚSTRIA DA REFRIGERAÇÃO	 ELETRODOMÉSTICOS	 UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	 PERFIS PARA A INDÚSTRIA MOVELEIRA	 LAMINADOS PARA POTES DE IOGURTE	 EMBALAGENS DESCARTÁVEIS
<p><b>POLIESTIRENO EXPANSÍVEL (EPS)</b></p>	 EMBALAGENS TÉRMICAS	 PEÇAS TÉCNICAS	 CONSTRUÇÃO CIVIL	 PRANCHA DE SURF	 PARTE INTERNA DO CAPACETE	 PREENCHIMENTO DE LAJES			
<p><b>ECO-PS®</b></p>	 ELETRODOMÉSTICOS	 ELETRÔNICOS	 PERFIS PARA A INDÚSTRIA MOVELEIRA	 MATERIAIS DE ESCRITÓRIO					

## TRANSFORMADOS PLÁSTICOS

### FILMES PLÁSTICOS

<p><b>POLIPROPILENO BIORIENTADO (BOPP)</b></p>	 EMBALAGENS FLEXÍVEIS	 RÓTULOS PARA GARRAFAS EM GERAL	 EMBALAGENS PARA PRESENTES	 ETIQUETAS EM GERAL	 FITAS ADESIVAS	 RÓTULOS DECORATIVOS	 EMBALAGENS PARA CHOCOLATES	 PAPÉIS DE BALAS	 EMBALAGENS PARA FLORES
--	---	---	--	---	---	--	---	--	---

### LAMINADOS PLÁSTICOS EM BOBINAS

<p><b>POLIESTIRENO (PS)</b></p>	 EMBALAGENS FLEXÍVEIS	 POTES DE IOGURTE	 COPOS DESCARTÁVEIS	 POTES DESCARTÁVEIS	 BANDEJAS DESCARTÁVEIS
<p><b>POLIPROPILENO (PP)</b></p>	 COPOS DESCARTÁVEIS	 POTES DESCARTÁVEIS			

<p><b>TAMPAS PLÁSTICAS PARA GARRAFAS PET DE ÁGUAS MINERAIS, SUCOS E REFRIGERANTES</b></p>	
---	---

## PENSAMENTO E AÇÃO:

### Missão

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança e laços fortes aos clientes e colaboradores, postura sustentável ao meio ambiente e desejado retorno aos acionistas.

### Visão

Saber ouvir, desenvolver e entregar:  
há sempre uma necessidade clara.

Uma Companhia líder apresenta soluções.

### Valores

Conduta comprometida e ílibada;  
Capacidade de adaptação;

Foco total nas demandas do cliente.

## GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO

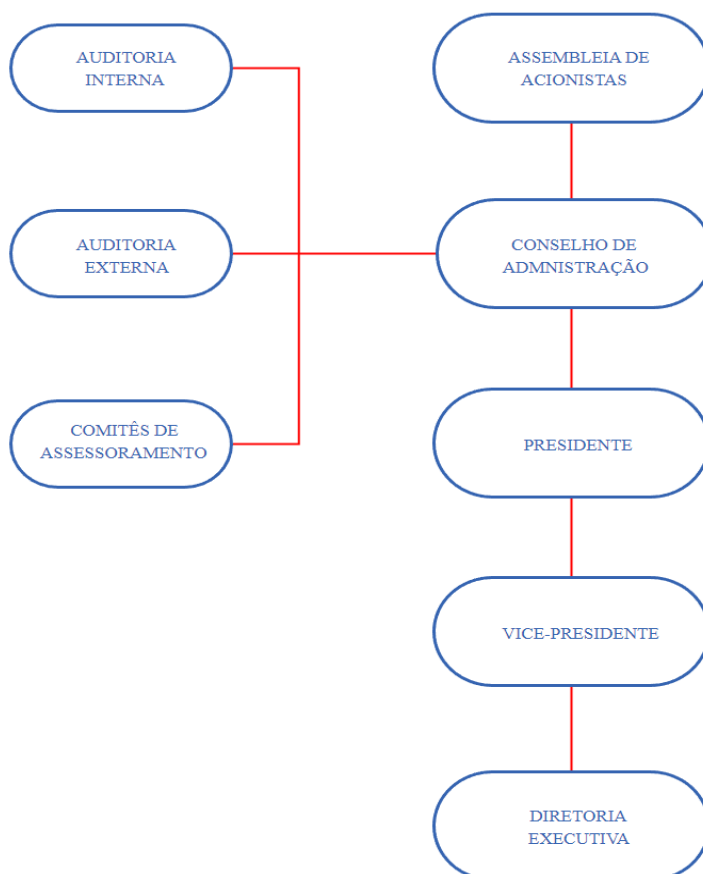
O renome da Innova e sua consistência são resultados de um legado de sucessivas reinvenções e da confiança construída junto ao mercado e comunidade. Nossos princípios de Governança Corporativa estão na base de tudo que se faz na Innova: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

Ainda que seja uma empresa de capital fechado, desde 2005 a Innova promove análise de seus resultados por auditorias externas, sempre uma integrante do grupo conhecido como *Big Four*.

O Conselho de Administração, órgão superior de orientação da Companhia, está presente em caráter permanente na estrutura de Governança Corporativa da Innova e conta com os seus Comitês de Assessoramento estatutários: Auditoria, *Compliance* e Sustentabilidade.

A estrutura organizacional da Innova contempla ainda uma área de Auditoria Interna com a atribuição de monitorar práticas, processos e avaliar os sistemas de controles internos, tudo em conformidade com as políticas estabelecidas.

Nossa Governança Corporativa se organiza da seguinte forma:



## Comitês de Assessoramento

Nossos comitês têm como objetivo apoiar o Conselho de Administração com a finalidade de conferir maior eficiência e qualidade às decisões deste colegiado, aprofundando as discussões sobre temas para os quais foram criados.

São três os comitês previstos no Estatuto Social: Auditoria, *Compliance* e Sustentabilidade.



### Comitê de Auditoria

Auxilia nas atividades que envolvem a confiabilidade das informações, garantindo a qualidade das práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, conformidade com os requisitos legais e regulatórios e adequação à gestão de riscos.



### Comitê de Compliance

Fomenta a cultura de integridade e o compromisso da Companhia com a ética e transparência. Busca prevenir e minimizar riscos, garantindo a conformidade com as normas aplicáveis.



### Comitê de Sustentabilidade

Cria estratégias para integrar a sustentabilidade à gestão da Companhia, consolidando, sob uma mesma filosofia empresarial, desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental.

## VIDEOLAR-INNOVA S/A

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE R\$)

	2022	2021
ATIVO TOTAL	4.225.983	3.817.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.611.696	2.788.518
ENDIVIDAMENTO	-	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.534.332	5.872.628
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.729.123	5.174.223
LUCRO BRUTO	1.284.795	1.551.938
EBITDA (LAJIDA)	1.355.584	1.308.347
Margem EBITDA (%)	23,66%	25,29%
RESULTADO FINANCEIRO	43.755	(71.079)
LUCRO LÍQUIDO	1.027.323	833.813
INVESTIMENTOS REALIZADOS (CAPEX)	156.356	116.687

### PERSPECTIVAS PARA 2023

Os produtos estirênicos e transformados plásticos seguem com seu papel central na economia, mas o cenário internacional vindouro aponta para a queda dos preços das matérias-primas e impacto diretamente proporcional sobre as margens.

Segue em prática o pensamento da Innova: investimentos intensivos associados à disciplina financeira, o que nos conduziu até aqui e nos coloca em posição de liderar na busca soluções criativas para a nova fronteira da economia circular. Seguimos firmes também rumo à neutralização de 100% das emissões de gases do efeito estufa a curto prazo.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos clientes pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, fundamentais para o nosso comprovado papel de liderança nos segmentos em que atuamos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
Videolar Innova S.A.  
Manaus – AM

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

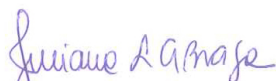
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de Janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Juliana Leonam de Araujo Braga  
Contadora CRC 1SP-251062/O-5



## Videolar-Innova S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	317.538	84.043	Fornecedores	16	295.694	645.817
Contas a receber	9	929.852	874.227	Obrigações com pessoal e encargos sociais		40.986	52.495
Estoques	10	670.870	594.388	Imposto de renda e contribuição social a recolher	24.d	-	34.751
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	24.c	236	-	Obrigações fiscais		14.495	14.182
Impostos a recuperar	11	93.015	61.952	Adiantamento de clientes		2.607	13.497
Outras contas a receber		2.319	3.846	Dividendos a pagar	18.d	1.010	724
Adiantamento a fornecedores		6.770	1.618	Juros sobre capital próprio a pagar	18.d	948	28.636
Despesas antecipadas		4.106	7.933	Outras obrigações		31.792	45.101
		<u>2.024.706</u>	<u>1.628.007</u>			<u>387.532</u>	<u>835.203</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	9	-	1.367	Imposto de renda e contribuição social diferido	24.a	199.887	66.019
Impostos a recuperar	11	55.359	53.431	Provisão para contingências	17	21.444	127.905
Depósitos judiciais	17	7.632	7.916	Outras obrigações		5.424	-
		<u>62.991</u>	<u>62.714</u>			<u>226.755</u>	<u>193.924</u>
<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Propriedade para investimento	12	307.275	273.161	Capital social	18.a	1.373.666	1.373.666
Imobilizado	13	1.581.635	1.600.491	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	18.g	1	1
Intangível	14	249.376	253.272	Reserva incentivos fiscais	18.e	1.306.430	936.377
		<u>2.138.286</u>	<u>2.126.924</u>	Reserva legal	18.c	151.427	100.061
				Retenção de lucros	18.f	670.527	268.851
				Ajuste de avaliação patrimonial	18.b	109.645	109.562
				<b>Patrimônio líquido</b>		<u>3.611.696</u>	<u>2.788.518</u>
		<u>4.225.983</u>	<u>3.817.645</u>			<u>4.225.983</u>	<u>3.817.645</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Videolar-Innova S.A.

## Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<u>5.729.123</u>	<u>5.174.223</u>
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(4.444.328)</u>	<u>(3.622.285)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u><b>1.284.795</b></u>	<u><b>1.551.938</b></u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e vendas	21	(167.355)	(379.654)
Resultado de equivalência patrimonial		-	11.706
Realização de mais valia		(7.957)	(8.606)
Outras receitas operacionais	22	109.591	49.482
Outras despesas operacionais	22	<u>(20.769)</u>	<u>(54.403)</u>
		<u>(86.490)</u>	<u>(381.475)</u>
Receitas financeiras	23	33.541	3.062
Despesas financeiras	23	(19.387)	(56.628)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23	<u>29.601</u>	<u>(17.513)</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<u>43.755</u>	<u>(71.079)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u><b>1.242.060</b></u>	<u><b>1.099.384</b></u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	24.b	(76.686)	(117.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	<u>(138.051)</u>	<u>(148.374)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>1.027.323</b></u>	<u><b>833.813</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
<b>Resultado do exercício</b>	1.027.323	833.813
<b>Resultados abrangentes</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	1.027.323	833.813
<b>Resultado abrangente atribuível aos</b>		
Acionistas controladores	1.027.323	833.813
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>1.027.323</u></u>	<u><u>833.813</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.373.666</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>109.807</b>	<b>58.370</b>	<b>586.062</b>	<b>68.683</b>	<b>-</b>	<b>2.196.589</b>
Distribuição de dividendos anuais 2020	-	-	-	-	-	-	(68.000)	-	(68.000)
Distribuição de dividendos intercalares 2021	-	-	-	-	-	-	(84.046)	-	(84.046)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(89.838)	(89.838)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	833.813	833.813
Realização de ajuste patrimonial	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	41.691	-	-	(41.691)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais IRPJ	-	-	-	-	-	48.719	-	(48.719)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais ICMS	-	-	-	-	-	301.596	-	(301.596)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	352.214	(352.214)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.373.666</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>109.562</b>	<b>100.061</b>	<b>936.377</b>	<b>268.851</b>	<b>-</b>	<b>2.788.518</b>
Distribuição de dividendos intercalares 2022	18.d	-	-	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Distribuição de juros sobre capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(144.228)	(144.228)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.027.323	1.027.323
Realização de ajuste patrimonial	18.b	-	-	83	-	-	-	-	83
Constituição de reserva legal	18.c	-	-	-	51.366	-	-	(51.366)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais IRPJ	18.e	-	-	-	-	46.102	-	(46.102)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais ICMS	18.e	-	-	-	-	323.951	-	(323.951)	-
Reserva de retenção de lucros	18.f	-	-	-	-	-	461.676	(461.676)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.373.666</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>109.645</b>	<b>151.427</b>	<b>1.306.430</b>	<b>670.527</b>	<b>-</b>	<b>3.611.696</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Videolar-Innova S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.027.323	833.813
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>			
Depreciação	13	125.442	110.476
Amortização	14	3.825	3.329
Realização de mais valia		7.956	8.606
Imposto de renda diferido e corrente		214.737	265.571
Baixa do ativo imobilizado		36.820	20.741
Provisão para contingências	17	(85.040)	109.353
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	564	33
Provisões para obsolescência	10	(492)	1.042
Ganho de ajustes a valor justo	12	(34.114)	(14.731)
Equivalência patrimonial		-	(11.706)
Provisão para impairment de imobilizado		-	2.965
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		(5.837)	21.442
		<u>1.291.184</u>	<u>1.350.934</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Contas a receber		(56.022)	(138.720)
Estoques		(75.990)	(324.836)
Impostos a recuperar		(33.227)	36.293
Outros ativos		470	1.689
		<u>(164.769)</u>	<u>(425.574)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		(341.785)	117.549
Obrigações com pessoal e encargos sociais		(11.509)	14.210
Obrigações fiscais, imposto de renda e contribuição social a recolher		(22.104)	(8.930)
Adiantamento de clientes		(11.153)	10.797
Outras obrigações		(7.885)	12.691
Provisão para contingências (Indenizações)	17	(20.437)	-
		<u>(414.873)</u>	<u>146.317</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>711.542</u>	<u>1.071.677</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(111.438)	(15.811)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>600.104</u>	<u>1.055.866</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado	13	(156.357)	(101.763)
Aquisições de intangível	14	(17)	(1.313)
Caixa advindo de incorporação de controlada		-	89
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<u>(156.374)</u>	<u>(102.987)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de financiamentos	15	150.806	212.101
Pagamento de financiamentos	15	(151.828)	(933.501)
Dividendos	18.d	(59.714)	(151.322)
Juros sobre capital próprio	18.d	(149.499)	(61.202)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<u>(210.235)</u>	<u>(933.924)</u>
<b>Aumento no caixa e equivalentes</b>		<u>233.495</u>	<u>18.955</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		84.043	65.088
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>317.538</u>	<u>84.043</u>
<b>Varição no caixa e equivalentes no exercício</b>		<u>233.495</u>	<u>18.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno, Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Após a incorporação da Innova S.A. em 2015, a Companhia se consolidou no segmento Petroquímico.

A petroquímica de Triunfo (RS) tornou-se autoproductora e autossuficiente na geração de energia elétrica e vapores a partir de fonte 100% renovável, a biomassa, em substituição às fontes energéticas de origem fóssil (óleo combustível e carvão mineral, utilizados pelo fornecedor de vapores). A CGVE (Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica) é movida a biomassa dos resíduos vegetais sólidos de madeira pinus, eucalipto, cascas de arroz e sobras de serrarias sob a forma de cavacos.

A Companhia conta com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas, e um em Triunfo, no Rio Grande do Sul.

### 2 Base de preparação

#### Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Mensuração de perdas de créditos esperadas para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota 13** - Imobilizado – determinação da vida útil e redução ao valor recuperável;
- **Nota 14** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 17** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota 19** - Reconhecimento de receita: estimativa de expectativa de devolução;
- **Nota 24.a** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 24.b** – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

##### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12** - Propriedade para investimentos;
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo;

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Receita operacional
- **6.2** - Subvenção e assistências governamentais
- **6.3** - Receitas e despesas financeiras
- **6.4** - Moeda estrangeira
- **6.5** - Imposto de renda e contribuição social
- **6.6** - Estoque
- **6.7** - Imobilizado
- **6.8** – Ativos intangíveis e ágio
- **6.09** - Propriedade para investimento
- **6.10** - Instrumentos financeiros



- **6.11** - Redução ao valor recuperável - *Impairment*
- **6.12** - Provisões
- **6.13** - Benefícios a empregados
- **6.14** - Arrendamentos
- **6.15** - Mensuração do valor justo

## **6.1 Receita operacional**

### ***Venda de bens***

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

### ***Incentivos fiscais***

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa nº 26, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

## **6.2 Subvenção e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal e de que serão auferidas e são registradas como Outras Receitas no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

### **a. ICMS**

#### ***No Estado do Amazonas***

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contrapartida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 195.498 (R\$ 192.714 em 2021), conforme nota explicativa 26.

#### ***No Estado do Rio Grande do Sul***

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia no montante de R\$ 128.453 (R\$ 108.882 em 2021) de FUNDOPEM, conforme nota explicativa 26.

**b. Imposto de renda**

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP no 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei no 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para fruição desses incentivos.

**c. IPI**

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

**d. PIS / Cofins**

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

**e. Imposto de importação**

Decreto-Lei nº 288/1967 artigo 7º.

**6.3 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**6.4 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## 6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### (ii) *Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.6 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## 6.7 Imobilizado

### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**(ii) Reclassificação para propriedade para investimento**

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

**(iii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iv) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Informática	5
Benfeitorias/instalações	32
Máquinas, equipamentos e ferramentas	16
Móveis e utensílios	13
Veículos	5
Aeronave	10
Outros	11

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **6.8 Ativos intangíveis e ágio**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

**Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### **(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Marcas e patentes	8
Software	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

### **6.9 Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

## 6.10 Instrumentos financeiros

### *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### *Classificação e mensuração subsequente*

#### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.



- **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### ***Desreconhecimento***

##### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - Na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### *Reforma da taxa de juros*

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

### *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia, quando necessário, analisa pontualmente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

### ***Capital social***

#### *Ações ordinárias*

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

#### *Ações preferenciais*

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### *Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)*

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

#### *Aumento de capital social integralizado*

O aumento de capital social é determinado pelos sócios em assembleia geral ou reunião de sócios. No caso de sociedades anônimas, a deliberação sobre o aumento do capital social também poderá ser decidida pelo órgão administrativo, caso haja determinação para isto. Ao se deliberar sobre um aumento é fundamental determinar de que forma será realizado, poderá ocorrer pelo aumento do valor nominal das quotas ou ações já existentes. O capital social de uma Companhia pode ser aumentado por meio da subscrição de ações ou incorporação de reservas.

## **6.11 Redução ao valor recuperável - *Impairment***

### **(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **6.12 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### **6.13 Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **6.14 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

##### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um único contrato de arrendamento no montante de R\$ 858 na perspectiva de arrendatário que está sujeito ao reconhecimento de ativo de direito de uso, na rubrica de imobilizado, e um passivo de arrendamento, na rubrica de outras obrigações.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de Outras Receitas.

### **6.15 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.



Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	20.586	4.827
Aplicação financeira	<u>296.952</u>	<u>79.216</u>
	<b><u>317.538</u></b>	<b><u>84.043</u></b>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 101% do CDI (99,57% em 2021). Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Clientes	<u>933.908</u>	<u>879.086</u>
	<b><u>933.908</u></b>	<b><u>879.086</u></b>
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(4.056)</u>	<u>(3.492)</u>
	<b><u>929.852</u></b>	<b><u>875.594</u></b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>929.852</b>	<b>874.227</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.367</u></b>

Atendendo ao disposto do CPC 48, a Administração adotou o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo:

- **Estágio 1** - Considera neste estágio os títulos que ainda estão performando e representa os possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses.
- **Estágio 2** - Considera neste estágio os títulos com Expressivo Risco de Perda, quando há desgaste no risco de crédito do cliente, ou seja, quando o título for direcionado para a empresa de assessoria em cobrança (mesmo se renegociado) e os títulos com necessidade de cobrança jurídica.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

		Contas a receber	Provisão para perda de crédito esperada	Percentual de perda estimada
Estágio 1	A vencer	930.496	(917)	0,1%
	Vencido de 1-30 dias	<u>276</u>	<u>(3)</u>	1%
		<b><u>930.772</u></b>	<b><u>(920)</u></b>	-
	Cobrança jurídica	<u>3.136</u>	<u>(3.136)</u>	100%

	Contas a receber	Provisão para perda de crédito esperada	Percentual de perda estimada
	<u>3.136</u>	<u>(3.136)</u>	100%
<b>Total</b>	<u><b>933.908</b></u>	<u><b>(4.056)</b></u>	

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é relativamente baixo e não houve transferência relevante de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do ano	(3.492)	(39.139)
Saldo incorporado	-	(353)
Complemento de provisão no exercício	(564)	(33)
Baixa da provisão no exercício	<u>-</u>	<u>36.033</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u><b>(4.056)</b></u>	<u><b>(3.492)</b></u>

## 10 Estoques

	2022	2021
Matéria-prima	215.284	126.992
Produtos em elaboração	197.715	175.614
Produtos acabados	238.585	261.520
Embalagens	12.851	13.866
Importação em andamento	2.162	12.485
Outros materiais	<u>4.273</u>	<u>3.911</u>
	<u><b>670.870</b></u>	<u><b>594.388</b></u>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2022	2021
Saldo do início do ano	(2.966)	(823)
Saldo incorporado	-	(1.101)
Complemento de provisão	-	(1.042)
Reversão de provisão	<u>492</u>	<u>-</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u><b>(2.472)</b></u>	<u><b>(2.966)</b></u>

A provisão para obsolescência em 31 de dezembro de 2022 está segregada em: BOPP R\$ 600, Tampas Plásticas R\$ 123, Poliestirenos/EPS R\$ 106 e Mídias R\$ 1.643, sendo R\$ 1.759 (R\$ 1.863 em 2021) alocados na rubrica de matéria-prima e R\$ 713 (R\$ 1.103 em 2021) alocados na rubrica de produtos acabados.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
ICMS a recuperar	97.577	92.993
PIS/COFINS a recuperar	18.922	18.461
PIS/COFINS processo fiscal (i)	24.567	-
IRRF a compensar	1.552	236
IPI a recuperar	2.834	900
Outros	2.921	2.793
	<b>148.374</b>	<b>115.383</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>93.015</b>	<b>61.952</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>55.359</b>	<b>53.431</b>

- (i) Em 2022, foi certificado o trânsito em julgado de ações das empresas incorporadas Rimo e AMZ, dos quais determinam a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, e retroagem aos anos de 2004 a 2021, sobre o saldo total de R\$ 59.936, sendo R\$ 40.434 de principal acrescido de R\$ 19.502 de correção, tais valores foram compensados com tributos federais no exercício corrente, restando para futuras compensações o saldo de R\$ 24.567.

## 12 Propriedade para investimento

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Terrenos e edificações	307.275	273.161
	<b>307.275</b>	<b>273.161</b>

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 30 de novembro de 2022.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo em 1º de janeiro	273.161	268.299
Adição		
Ganho de ajuste a valor justo (nota 22)	34.114	14.731
Reclassificação propriedade para investimento e imobilizado (nota 13)	-	(9.869)
<b>Total</b>	<b>307.275</b>	<b>273.161</b>

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

### 13 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conj. de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Aeronave	Moldes e Ferramentas	Equip. Telefonia	Obras de Artes Antiguid.	Prov. Perda Impairment (nota 13.1)	Imobilizado em Andamento (nota 13.2)	Spare Parts – Imobil. em Andam. (i)	Mais Valia Imobilizado	Totais
<b>Custo</b>																	
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>96.319</b>	<b>276.923</b>	<b>1.495.918</b>	<b>1.381</b>	<b>199.047</b>	<b>6.865</b>	<b>11.713</b>	<b>1.478</b>	<b>27.143</b>	<b>16.097</b>	<b>653</b>	<b>152</b>	<b>(484)</b>	<b>249.944</b>	<b>43.699</b>	<b>203.479</b>	<b>2.630.327</b>
Adições	-	46	328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.702	31.611	-	116.687
Reclassificação PPI	(152)	10.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.869
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	763	-	-	763
Incorporação	-	-	37.221	-	7.701	2.048	1.387	-	-	1.895	-	-	(2.964)	-	-	-	47.288
Baixa	-	-	(1.557)	-	-	(11)	(5)	-	(13.274)	-	(59)	-	484	(8.276)	-	-	(22.698)
Transferência	858	31.004	155.154	2.053	35.288	561	345	96	-	-	-	-	-	(225.359)	-	-	-
<b>Saldos 31/12/2021</b>	<b>97.025</b>	<b>317.994</b>	<b>1.687.064</b>	<b>3.434</b>	<b>242.036</b>	<b>9.463</b>	<b>13.440</b>	<b>1.574</b>	<b>13.869</b>	<b>17.992</b>	<b>594</b>	<b>152</b>	<b>(2.964)</b>	<b>101.774</b>	<b>75.310</b>	<b>203.479</b>	<b>2.782.236</b>
Adições	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	103.015	53.338	-	156.357
Baixa	-	-	(41.414)	-	(1.122)	(262)	(302)	-	-	-	-	-	-	(18)	-	-	(43.118)
Transferência	-	1.729	60.964	-	1.520	55	994	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(35.262)	-	-
<b>Saldos 31/12/2022</b>	<b>97.025</b>	<b>319.723</b>	<b>1.706.614</b>	<b>3.434</b>	<b>242.434</b>	<b>9.260</b>	<b>14.132</b>	<b>1.574</b>	<b>13.869</b>	<b>17.992</b>	<b>594</b>	<b>152</b>	<b>(2.964)</b>	<b>174.771</b>	<b>93.385</b>	<b>203.479</b>	<b>2.895.474</b>
<b>Depreciação</b>																	
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>(128.584)</b>	<b>(683.823)</b>	<b>(12)</b>	<b>(105.492)</b>	<b>(5.128)</b>	<b>(9.710)</b>	<b>(451)</b>	<b>(226)</b>	<b>(10.965)</b>	<b>(162)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(68.571)</b>	<b>(1.013.124)</b>
Depreciação do exerc.	-	(9.860)	(82.941)	(190)	(13.590)	(287)	(811)	(257)	(1.719)	(764)	(57)	-	-	-	-	(12.952)	(123.428)
Baixa	-	-	1.479	-	-	8	-	-	442	-	26	-	-	-	-	-	1.955
Incorporação	-	-	(34.644)	-	(7.500)	(1.830)	(1.279)	-	-	(1.895)	-	-	-	-	-	-	(47.148)
<b>Saldos 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>(138.444)</b>	<b>(799.929)</b>	<b>(202)</b>	<b>(126.582)</b>	<b>(7.237)</b>	<b>(11.800)</b>	<b>(708)</b>	<b>(1.503)</b>	<b>(13.624)</b>	<b>(193)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(81.523)</b>	<b>(1.181.745)</b>
Depreciação do exerc.	-	(10.962)	(95.632)	(344)	(14.886)	(352)	(796)	(269)	(1.386)	(761)	(54)	-	-	-	-	(12.951)	(138.393)
Baixa	-	-	5.768	-	-	237	294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.299
<b>Saldos 31/12/2022</b>	<b>-</b>	<b>(149.406)</b>	<b>(889.793)</b>	<b>(546)</b>	<b>(141.468)</b>	<b>(7.352)</b>	<b>(12.302)</b>	<b>(977)</b>	<b>(2.889)</b>	<b>(14.385)</b>	<b>(247)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(94.474)</b>	<b>(1.313.839)</b>
<b>Saldos 31/12/2022</b>	97.025	170.317	816.821	2.888	100.966	1.908	1.830	597	10.980	3.607	347	152	(2.964)	174.771	93.385	109.005	1.581.635
<b>Saldos 31/12/2021</b>	97.025	179.550	887.135	3.232	115.454	2.226	1.640	866	12.366	4.368	401	152	(2.964)	101.774	75.310	121.956	1.600.491
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>96.319</b>	<b>148.339</b>	<b>812.095</b>	<b>1.369</b>	<b>93.555</b>	<b>1.737</b>	<b>2.003</b>	<b>1.027</b>	<b>26.917</b>	<b>5.132</b>	<b>491</b>	<b>152</b>	<b>(484)</b>	<b>249.944</b>	<b>43.699</b>	<b>134.908</b>	<b>1.617.203</b>

(i) Spare Parts - imobilizado em andamento: A Companhia adota o critério de classificar os itens sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno no ativo imobilizado já que a entidade espera usá-los por mais de um período, tal prática é aplicada conforme pronunciamento contábil.

### 13.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 2.964 (R\$ 2.964 em 2021) é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2022	2021
Peças de reposição	2.964	2.964
	<u>2.964</u>	<u>2.964</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos em 31 de dezembro de 2022, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

### 13.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 174.771 (R\$ 101.774 em 2021), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: geração de energia e geração de vapor R\$ 51.789 (R\$ 24.037 em 2021), Parada de Manutenção Programada SM R\$ 10.327 (R\$ 12.000 em 2021), Ampliação Armazenamento de Biomassa R\$ 8.138 e Ampliação Tancagem R\$ 37.623.

## 14 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Software	Marcas, direitos e patentes	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Mais valia	Totais
<b>Custo</b>					
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<u>24.089</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>393.459</u>
Adições	1.312	-	-	-	1.312
Reclassificação Imobilizado	(763)	-	-	-	(763)
Incorporação	2.001	-	-	-	2.001
<b>Saldos 31/12/2021</b>	<u>26.639</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>396.009</u>
Adições	17	-	-	-	17
<b>Saldos 31/12/2022</b>	<u>26.656</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>396.026</u>
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<u>(16.969)</u>	<u>(15.344)</u>	<u>-</u>	<u>(105.957)</u>	<u>(138.270)</u>
Amortização do exerc.	(1.761)	(1.568)	-	(88)	(3.417)
Incorporação	(1.050)	-	-	-	(1.050)
<b>Saldos 31/12/2021</b>	<u>(19.780)</u>	<u>(16.912)</u>	<u>-</u>	<u>(106.045)</u>	<u>(142.737)</u>

	Software	Marcas, direitos e patentes	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Mais valia	Totais
Amortização do exerc.	(2.253)	(1.572)	-	(88)	(3.913)
<b>Saldos 31/12/2022</b>	<b><u>(22.033)</u></b>	<b><u>(18.484)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(106.133)</u></b>	<b><u>(146.650)</u></b>
<b>Valor residual</b>					
<b>Saldos 31/12/2022</b>	<b>4.623</b>	<b>741</b>	<b>243.866</b>	<b>146</b>	<b>249.376</b>
<b>Saldos 31/12/2021</b>	<b>6.859</b>	<b>2.313</b>	<b>243.866</b>	<b>234</b>	<b>253.272</b>

#### 14.1 **Ágio**

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. em 2014 foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
<b>Ágio na aquisição</b>	<b>243.866</b>

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. Na realização do estudo de recuperação do exercício não identificamos perda por redução ao valor recuperável.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 3,00% e taxa de desconto real de 11,4% num horizonte de 5 anos.

## 15 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira		Encargos	Vencimento	2022	2021
Banco Santander	(i)	3,00% a.a.	29/04/2022	-	-
Banco Safra	(ii)	2,05% a.a.	24/05/2022	-	-
Banco Safra	(iii)	2,05% a.a.	23/06/2022	-	-
Banco Bradesco	(iv)	1,71% a.a.	02/06/2022	-	-
Bradesco Citibank	(v)	1,70% a.a.	03/06/2022	-	-
				-	-

A Companhia liquidou todos os saldos de empréstimos e financiamentos durante o exercício, não remanescendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo 2021	Adição	Juros	IRRF	Amortização	Variação cambial	Saldo 2022
Banco Safra	-	75.315	400	-	(76.399)	684	-
Bradesco Finimp	-	15.218	55	-	(14.219)	(1.054)	-
Santander	-	40.000	176	-	(40.176)	-	-
Citibank	-	20.273	120	-	(21.034)	641	-
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>150.806</b>	<b>751</b>	<b>-</b>	<b>(151.828)</b>	<b>271</b>	<b>-</b>

Descrição	Saldo 2020	Adição	Juros	IRRF	Amortização	Variação cambial	Saldo 2021
Banco do Brasil	150.128	27.563	1.092	19	(176.413)	(2.389)	-
Banco Safra	-	53.471	320	46	(50.584)	(3.253)	-
Bradesco Europa	1.608	-	16	2	(1.622)	(4)	-
Bradesco Finimp	27.093	-	380	60	(30.035)	2.502	-
Adto s/ Cambiais Entregues	266.618	76.913	4.608	-	(347.068)	(1.071)	-
Bradesco Giro	268.604	-	2.138	-	(276.614)	5.872	-
Citibank	-	54.154	213	32	(51.165)	(3.234)	-
<b>Total Geral</b>	<b>714.051</b>	<b>212.101</b>	<b>8.767</b>	<b>159</b>	<b>(933.501)</b>	<b>(1.577)</b>	<b>-</b>

## 16 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	94.573	96.724
Fornecedores risco sacado (i)	-	304.054
Fornecedores estrangeiros	201.121	245.039
	<b>295.694</b>	<b>645.817</b>

- (i) Fornecedores risco sacado: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos realizada por fornecedores, mediante a utilização de programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. O custo financeiro implícito em 2021 foi de 10,5% a.a. e em 2022 tais operações foram realizadas até abril com custo implícito a taxa de 13,3% a.a. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".



## 17 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2022	2021
Tributárias	8.201	9.246
Trabalhistas	5.231	4.287
Cíveis (i)	110	105.486
Mais valia	7.902	8.886
<b>Passivo não circulante</b>	<b>21.444</b>	<b>127.905</b>

- (i) Reversão no valor de R\$101.400 pela extinção da causa em função do acordo judicial firmado com o autor da ação, que reivindicava a anulação do contrato de compra e venda do imóvel situado na Avenida Rio Negro, nº 400, entre a Carville (antigo proprietário do imóvel) e a Companhia..

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Tributária	Trabalhista	Cível	Mais valia	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	5.505	68	8.886	14.459
(+) Saldo incorporado	-	76	4.017	-	4.093
(+) Complemento de provisão	12.237	4.840	107.812	-	124.889
(-) Baixa de provisão	(2.991)	(6.134)	(6.411)	-	(15.536)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.246</b>	<b>4.287</b>	<b>105.486</b>	<b>8.886</b>	<b>127.905</b>
(+) Complemento de provisão	1.088	2.733	774	-	4.595
(-) Baixa de provisão	(1.207)	(23)	(89.389)	-	(90.619)
(-) Pagamentos realizados	(926)	(1.766)	(16.761)	(984)	(20.437)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.201</b>	<b>5.231</b>	<b>110</b>	<b>7.902</b>	<b>21.444</b>

Os principais processos são comentados a seguir:

### Processos tributários

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados montam o valor de R\$ 608.347 (R\$ 649.689 em 2021). Os principais processos são: (i) processo de nº 10283.724949/2021-66 referente ao auto de infração de valores deduzidos incorretamente na apuração do Lucro Real no montante de R\$ 190.997 (R\$ 174.739 em 2021); (ii) processo de nº 2016.11209.12613.0.009414 referente ao auto de infração lavrado contra a AMZ em função da cobrança de ISS sobre direitos autorais no montante de R\$ 135.513 (R\$ 72.276 em 2021), e; (iii) processo de nº 10283-722.476/2021-62 referente ao auto de infração pela dedução do Ágio pago na aquisição de investimentos no montante de R\$ 129.086 (R\$ 435.772 em 2021).

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 7.632 (R\$ 7.320 em 2021). Os principais processos são: (i) anulação de débito gerado pelo auto de infração 12266.721420/2015-86 não defendido pela WorldLog referente imputação de multa por retificação de NCM após prazo no valor de R\$ 566 (R\$ 566 em 2021); (ii) Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por suposta falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685 (R\$ 685 em 2021); (iii) Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 531 (R\$ 531 em 2021).

### **Processos trabalhistas**

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, para os quais a perda é possível no valor total de R\$ 6.664 (R\$ 9.419 em 2021), e para os quais a perda é considerada provável estão provisionados no valor total de R\$ 5.231 (R\$ 4.287 em 2021).

### **Processos cíveis**

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 10.782 (R\$ 8.127 em 2021) para as quais a perda é possível. Os principais processos são: (i) processo de nº 0006284.22.2005.8.19.0203 por cobrança de direitos patrimoniais com valor atualizado de R\$ 7.027 (R\$ 6.000 em 2021); (ii) processo nº 0002404-77.2016.8.21.0139 – Suposto vício no produto com valor atualizado em R\$ 2.376 (R\$ 2.465 em 2021), 3; (iii) processo nº 06134407220138040001– vinculado a operações de logística com valor atualizado em R\$ 609 (R\$ 552 em 2021).

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

### **Mais valia**

A mais valia reconhecida nos registros da companhia, é resultado da aquisição da Innova S.A onde existiam processos no polo passivo contingente com avaliação de risco possível, no montante total de R\$ 62.888, sendo R\$ 60.247 processos tributários e R\$ 2.641 processos trabalhistas, após a realização parcial dos processos o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7.902 processos tributários (R\$ 7.902 em 2021).

### **Depósitos judiciais**

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.252</b>	<b>1.369</b>	<b>308</b>	<b>10.929</b>
(+) Saldo incorporado	-	531	-	531
(+) Adição	114	242	449	805
(-) Baixa	(3.748)	(544)	(57)	(4.349)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.618</b>	<b>1.598</b>	<b>700</b>	<b>7.916</b>
(+) Saldo incorporado	-	-	-	-
(+) Adição	53	744	171	968
(-) Baixa	(506)	(648)	(98)	(1.252)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.165</b>	<b>1.694</b>	<b>773</b>	<b>7.632</b>

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 1.373.666.

O capital social da Companhia é representado por 1.549.720 ações ordinárias.

### b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

A movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial foi como segue:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	109.562	109.807
Realização do ajuste avaliação patrimonial	<u>83</u>	<u>(245)</u>
<b>Total</b>	<b><u>109.645</u></b>	<b><u>109.562</u></b>

### c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 1.027.323, foi constituído R\$ 51.366 de reserva legal, totalizando R\$ 151.427 (R\$ 100.061 em 2021).

### d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios após a deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 60.000 sendo relativo a dividendos intercalares de 2022. Aprovaram também a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 144.228, totalizando R\$ 204.228.

A movimentação dos dividendos é como segue:

	2022
Saldo em 1º de janeiro	724
(+) Dividendos distribuídos	60.000
(-) Pagamento de dividendos	<u>(59.714)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>1.010</u></b>

A movimentação dos juros sobre capital próprio é como segue:

	<b>2022</b>
Saldo em 1º de janeiro	28.636
(+) Juros sobre o capital próprio distribuído	144.228
(-) Pagamento de juros sobre capital próprio	(149.499)
(-) Imposto de renda retido na fonte	<u>(22.417)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>948</u></b>

**e. Reserva de incentivos fiscais**

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

Em 31 de dezembro de 2022 foi destinado o montante de R\$ 323.951 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS e R\$ 46.102 para a reserva de incentivos fiscais de IRPJ, totalizando o valor de R\$ 1.306.430 (R\$ 936.377 em 2021).

**f. Reserva de retenção de lucros**

Em 14 de dezembro de 2022 foram autorizadas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 60.000, de dividendos intercalares de 2022, utilizando o saldo da reserva de lucros.

Foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 461.676 (R\$ 352.214 em 2021), totalizando o valor de R\$ 670.527 à disposição dos acionistas.

**g. Reserva de ágio na alienação de ações**

Em agosto de 2020, a operação de alienação das ações em tesouraria gerou um resultado positivo (lucro), este crédito foi registrado como reserva de ágio na alienação de ações, no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 1.

## **19 Receita operacional líquida**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita operacional bruta	6.534.332	5.872.628
Créditos de incentivos fiscais (nota 26)	323.951	301.596
Impostos sobre as receitas	(1.085.352)	(971.659)
Devoluções	<u>(43.808)</u>	<u>(28.342)</u>
	<b><u>5.729.123</u></b>	<b><u>5.174.223</u></b>

## 20 Custos dos produtos vendidos

	2022	2021
Custo dos produtos vendidos	(3.979.195)	(3.217.174)
Custo de mercadoria revendidas	(312)	(6.506)
Gastos gerais de fabricação	(387.974)	(320.356)
Ociosidade na produção	(68.340)	(70.849)
Outros	(8.507)	(7.400)
	<b>(4.444.328)</b>	<b>(3.622.285)</b>

## 21 Despesas administrativas e vendas

	2022	2021
Despesas de folha de pagamento	(72.151)	(84.663)
Depreciação	(8.411)	(7.791)
Energia elétrica	(358)	(324)
Impostos e taxas	(2.819)	(2.632)
Provisões (*)	105.477	(106.353)
<i>Impairment</i>	-	485
Honorários advocatícios	(3.019)	(8.890)
Conservação de ativos	(1.825)	(475)
Despesas de viagens	(1.206)	(681)
Fretes e carretos	(151.843)	(128.641)
Manutenção e reparos	(1.662)	(13.475)
Consultoria e assessoria	(9.121)	(7.162)
Despesas de seguros	(1.332)	(872)
Licença de uso	(2.797)	(1.689)
Despesas de importação	(4.400)	(5.882)
Propaganda e publicidade	(1.075)	(299)
Outros	(10.813)	(10.310)
	<b>(167.355)</b>	<b>(379.654)</b>

(\*) Estorno da Provisão no valor de R\$101.400 vinculada transação judicial (nota explicativa 17).

## 22 Outras receitas (despesas) operacionais

	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>		
Venda de ativo	3.918	13.525
Venda de sucata	7.342	3.772
Receita de locação	11.875	11.022
Recuperação de impostos (nota 11)	40.434	665
Aumento no valor justo de propriedade para investimento (nota 12)	34.114	14.731
Outros	11.908	5.767
	<b>109.591</b>	<b>49.482</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Perdas com baixa de ativo	(1.541)	(12.950)
Indenizações	(17.686)	(16.877)
Perda em processo tributário	-	(18.926)
Outros	(1.542)	(24.576)
	<b>(20.769)</b>	<b>(54.404)</b>

## 23 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	11.398	2.310
Variação monetária	21.585	302
Descontos obtidos	558	450
	<u>33.541</u>	<u>3.062</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e outros	(2.015)	(9.012)
Descontos concedidos	(54)	(79)
Despesas bancárias	(1.436)	(2.072)
Despesa com operações Swap	-	(26.470)
Outras	(15.882)	(18.995)
	<u>(19.387)</u>	<u>(56.628)</u>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>		
Variações cambiais ativas	162.446	211.421
Variação cambial passiva	(132.845)	(228.934)
	<u>29.601</u>	<u>(17.513)</u>

## 24 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Créditos sobre prejuízo fiscal	35.112	99.081
Depreciação Societária x Fiscal	-	2.272
Créditos sobre diferenças temporárias: - créditos sobre provisões	<u>14.355</u>	<u>51.209</u>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Ativo</b>	<b>49.468</b>	<b>152.562</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	(56.484)	(56.484)
Imposto diferido sobre mais valia	(34.425)	(38.524)
Propriedade para Investimento	(79.374)	(67.775)
Depreciação Societária x Fiscal	(79.073)	(55.798)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Passivo</b>	<u><b>(249.335)</b></u>	<u><b>(218.581)</b></u>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Líquido</b>	<b>(199.888)</b>	<b>(66.019)</b>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 103.272 (R\$ 291.415 em 31 de dezembro de 2021), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda e Contribuição social diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Variações cambiais líquidas	(3.166)	3.786
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	919	1.911
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	2.472	4.029
Ganho estimado de Crédito Tributário	-	-
Provisão de PLR	8.429	-
Perdas estimadas diversas	20.025	21.869
Provisão para contingências judiciais	<u>13.542</u>	<u>119.019</u>
<b>Total provisões (reversões)</b>	<u>42.222</u>	<u>150.615</u>
Alíquota IR e CS - 25% e 9%	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR/CS sobre diferenças temporárias	<u>14.355</u>	<u>51.209</u>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2022 e aprovados pela Diretoria, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

<b>Anos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Saldo Total do Prejuízo Fiscal</b>	<u><b>103.272</b></u>	<u><b>291.415</b></u>
Diferido sobre o prejuízo fiscal	35.112	99.081
Alíquota Aplicada de IR e CS - 25% e 9%	34%	34%
<b>Estimativa de Recuperação para os próximos anos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
2022	-	252.974
2023	103.272	38.441
2024	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><b>103.272</b></u>	<u><b>291.415</b></u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos**

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de R\$ 214.736 em 2022 (R\$ 265.571 em 2021) estão demonstradas a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.242.060	1.099.384
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b><u>(422.300)</u></b>	<b><u>(373.791)</u></b>
Incentivos de Subvenções	112.523	105.124
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	-	(64.657)
Movimentação Prejuízo fiscal (*)	(9.340)	(18.440)
Juros sobre capital próprio	49.038	30.545
Diferenças permanentes	(1.202)	(1.124)
Diferenças temporárias	8.727	38.613
Ajuste Avaliação - PPI	-	(36.219)
Outros	1.716	5.658
Isenção e Redução – Lucro da exploração	<u>46.102</u>	<u>48.720</u>
<b>Total do IR Corrente e Diferido</b>	<b><u>(214.736)</u></b>	<b><u>(265.571)</u></b>
Alíquota efetiva	17%	24%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(76.686)	(117.197)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(138.051)</u>	<u>(148.374)</u>

(\*) A movimentação do prejuízo fiscal é relativa ao prejuízo fiscal apresentado no exercício.

**c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto de renda	236	-
Contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
	<b><u>236</u></b>	<b><u>-</u></b>

***Regime tributário de transição***

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“EFC”) no ano de 2016.



**d. Impostos de renda e contribuição social a recolher**

	2022	2021
Imposto de renda	-	24.351
Contribuição social	-	10.400
	<u>-</u>	<u>34.751</u>

**25 Informações sobre partes relacionadas**

As partes relacionadas da Companhia são: Matsukawa Holding Co LLP.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 7.400, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 22 de março de 2022.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.849 (R\$ 4.650 em 2021).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

**26 Incentivos fiscais**

Incentivo	2022	2021
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 19)	195.498	192.714
Benefício do FUNDOPEM/RS (nota 19)	<u>128.453</u>	<u>108.882</u>
	<u>323.951</u>	<u>301.596</u>

**27 Instrumentos financeiros**

**a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**b. Estrutura de gerenciamento de risco**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	317.538	84.043
Contas a Receber	929.852	875.594
Outras contas a receber	2.319	3.846
	<u>1.249.709</u>	<u>963.483</u>

*Caixa e equivalente de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	295.694	295.694	295.694	-	-	-
	295.694	295.694	295.694	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

**(iii) Risco de mercado**

**a. Risco com taxa de juros**

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2022, esses ativos somam o valor de R\$ 296.952.

	2022	2021
<b>Instrumento de taxa variável</b>		
Aplicação financeira	296.952	79.216
	296.952	79.216

**Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI**

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 12,25% para o ano de 2023, ante a taxa efetiva de 13,75% verificada no final do ano de 2022.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2022	13,75%	10,31%	6,88%
Aplicações financeiras	296.952	296.952	296.952
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	12,25%	9,19%	6,13%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	4.454	3.341	2.227

b. *Risco de taxa de câmbio*

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos:

		2022		2021	
		Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$
Fornecedores Estrangeiros	USD	38.202	199.328	43.894	244.952
Fornecedores Estrangeiros	EUR	278	1.549	14	87
Fornecedores Estrangeiros	GBP	38	244	-	-

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

**Análise de sensibilidade cambial**

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 de R\$ 5,21 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do dólar

		Receita (despesa) com variação cambial em R\$				
		Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<b>Taxa do dólar</b>			<b>3,9133</b>	<b>2,6089</b>	<b>6,5221</b>	<b>7,8266</b>
Fornecedores Estrangeiros	38.202		49.832	99.664	(49.832)	(99.664)
Resultado financeiros – receita/ (despesa)			<b>49.832</b>	<b>99.664</b>	<b>(49.832)</b>	<b>(99.664)</b>

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 de R\$ 5,56 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do euro

<b>Receita (despesa) com variação cambial em R\$</b>					
	<b>Valor de referência EUR</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>	<b>Cenário 4</b>
<b>Taxa do euro</b>		4,1771	2,7847	6,9618	8,3541
Fornecedores estrangeiros	278	387	774	(387)	(774)
Resultado financeiros - receita (despesa)		387	774	(387)	(774)

Para as operações cambiais com risco de flutuação do LIBRA ESTERLINA, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6,27 por GBP \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do libra esterlina

<b>Receita (despesa) com variação cambial em R\$</b>					
	<b>Valor de referência GBP</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>	<b>Cenário 4</b>
<b>Taxa do libra esterlina</b>		4,7089	3,1393	7,8481	9,4178
Fornecedores estrangeiros	38	33	94	(89)	(150)
Resultado financeiros - receita (despesa)		33	94	(89)	(150)

(iv) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) **Risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

*Mensurações de valor justo*

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2022:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2022	2022	Hierarquia
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	20.586	20.586	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	296.952	296.952	-
Contas a receber	Custo amortizado	929.852	929.852	-
Outras contas a receber	Custo amortizado	2.319	10.877	-
<b>Total</b>		<u><b>1.249.709</b></u>	<u><b>1.258.267</b></u>	
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	295.694	295.694	-
<b>Total</b>		<u><b>295.694</b></u>	<u><b>295.694</b></u>	

Em 31 de dezembro de 2021:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2021	2021	Hierarquia
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	4.827	4.827	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	79.216	79.216	-
Contas a receber	Custo amortizado	874.594	875.594	-

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
Classificação		2021	2021	Hierarquia
Outras contas a receber	Custo amortizado	3.846	1.869	-
<b>Total</b>		<b><u>963.483</u></b>	<b><u>961.506</u></b>	
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	645.817	645.817	-
<b>Total</b>		<b><u>645.817</u></b>	<b><u>645.817</u></b>	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### *Gerenciamento de capital*

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

## **28 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 2.785.971 para danos materiais e R\$ 750.000 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 1.529.988 para danos materiais e R\$ 300.000 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 100.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 150.000, para o seguro D&O a cobertura de R\$ 120.000. Seguro aeronáuticos - casco & responsabilidade civil facultativa US\$ 159.190, seguro RETA R\$ 1.711.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura é de R\$ 3.000 por embarque terrestre até R\$ 100.000 por embarque aéreo e aquaviário. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 55.000 exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 8.000 para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 5.000 por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 10.000 exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 1.000 para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 18 vezes, limitados a R\$ 1.000 de cobertura.

\* \* \*

## **Diretoria**

Lírio Albino Parisotto  
Diretor Presidente

Reinaldo José Kröger  
Diretor Vice-Presidente

Cláudio da Rocha Filho  
Diretor Comercial & Operações

Christian Barg  
Diretor Industrial

José Lemos de Carvalho Junior  
Diretor Financeiro

## **Conselho de Administração**

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Liz Vanin Parisotto

Raphael David Wojdyslawski

## **Contador**

Marcus Vinicius de Souza  
CRC SP 287.155/O-4